

INTUITIO

PPGFil/UFS | e-ISSN 1983-4012

DOI: <https://doi.org/10.29327/2318183.16.2-2>

SEÇÃO: GOVERNAMENTALIDADE(S) E NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO DA VIDA

A ÉTICA DO COMUM E SUA CONSTRUÇÃO PELO AGIR DA MULTIDÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO DE ANTONIO NEGRI¹

*The ethics of the common and its construction through the action of the
multitude: a contribution by Antonio Negri*

Darlan Silvestrin²

orcid.org/0009-0008-1842-9477

darlansilvestrin@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo compreender o conceito do comum e sua proposição como o projeto ético da multidão para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. O comum será analisado como produto e produção da multidão, um novo sujeito político contemporâneo com uma nova subjetividade emancipatória, baseada na troca de afetos, linguagens e cooperação, colocando-se de forma antagônica à exploração das singularidades em seus processos biopolíticos de produção do próprio comum. Para dar conta dessa temática, utilizaremos como referencial teórico o pensamento do filósofo italiano contemporâneo Antonio Negri.

Palavras-chave: Multidão. Comum. Subjetividade. Cooperação. Afetos.

Abstract: This article aims to understand the concept of the commonwealth, and its proposition as the ethical project of the multitude for the construction of a fairer and more solidary society. The commonwealth will be analyzed as a product and production of the multitude, a new contemporary political subject with a new emancipatory subjectivity, based on the exchange of affections, languages and cooperation, placing itself in an antagonistic way to the exploration of singularities in its biopolitical processes of production of its own commonwealth. To deal with this theme, we will use the thought of the contemporary Italian philosopher, Antonio Negri, as a theoretical reference.

Keywords: Multitude. Commonwealth. Subjectivity. Cooperation. Affections.

1 Introdução

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Esse texto, retrabalhado, compõe o terceiro subtítulo do terceiro capítulo da dissertação de mestrado "O agir da multidão e a construção do comum: uma leitura ético-política a partir de Negri e Hardt", defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/936/Dissertacao%20Darlan%20Silvestrin.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 jun. 2023.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul.

Os primeiros eventos da *multidão*³, produzindo o comum, já começaram. A irrupção e criação de novas formas de vida deixaram a esfera da utopia para se tornar fato, para existir. O agir cooperativo e em rede das singularidades⁴ permite a formação da multidão. Ela se forma tendo em vista a execução de um projeto, isto é, a construção do *comum*, compreendido aqui como o grande projeto ético da multidão.

O “povo de Seattle”, em 1999, durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio, utilizou meios de comunicação para se organizar, movimentar-se e evitar as barreiras policiais. A troca de informações e afetos foi determinante, tendo em vista um comum a todas as pessoas que estavam envolvidas naquele coletivo, oriundas dos mais diversos movimentos sociais, cada qual com sua especificidade, não adotando a representação de alguns para essa organização, mas a participação de todos os coletivos presentes. Os protestos se posicionavam contra as políticas neoliberais, que são caracterizadas por: desregulamentação da economia, permitindo um livre comércio; aumento das privatizações de empresas e serviços públicos e com uma consequente diminuição de investimentos por parte do Estado em questões como saúde e educação; causam uma verdadeira expropriação de tudo que é produzido em comum, pois aumentam a concentração de renda do privado capitalista. Essas políticas fomentam a existência de um capitalismo voraz e sem limites ou pudores, para o qual o lucro está acima de tudo, ocasionando concentração de renda nas mãos de poucos e, portanto, má distribuição de renda aos trabalhadores, degradação do meio ambiente, para poder produzir cada vez mais, e um consequente aumento da pobreza e degradação social, um “capitalismo de desastre”⁵.

³ Multidão é o nome de uma nova subjetividade emancipadora, constituída pela hibridação das singularidades. Essa subjetividade está baseada na cooperação, troca de afetos, linguagens e conhecimentos, que acontece por meio do trabalho cognitivo e cada vez mais imaterial. É também um movimento de movimentos, em que as diferenças não se diluem para formar uma unidade, mas cada um mantém a sua própria. O critério de ser multidão ou fazer multidão, no sentido de sua existência, é a construção do comum. É também o nome de uma potência, recorrendo ao pensamento de Espinosa, no qual se encontra o termo “*multitudo*”, utilizado por Negri para expressar a força da vida de forma antagônica a qualquer forma de exploração. Para o aprofundamento deste conceito, recomenda-se a própria obra dos autores em questão. (NEGRI; HARDT, 2005).

⁴ A questão da corporeidade tem uma importância muito grande no desenvolvimento do pensamento de Antonio Negri. Singularidade deve ser compreendida na medida em que cada ser é determinado pelas relações com outros seres. É a relação com o outro que o funda. Cf. NEGRI, 2023.

⁵ Um capitalismo voraz ou selvagem pode ser traduzido também pela expressão “capitalismo de desastre”. Naomi Klein, ativista norte-americana, cunhou a expressão “capitalismo de desastre” ao analisar como as grandes empresas capitalistas se utilizam de desastres naturais, por exemplo, para construir espaços de turismo após os eventos e lucrar em cima da tragédia ocorrida. Essa mesma expressão serve para ilustrar a posição antagônica da multidão às políticas neoliberais (NEGRI; HARDT, 2009, p. 143).

Por isso, o povo de Seattle posiciona-se como uma pluralidade de movimentos de diversas áreas em busca de um comum: mais justiça, mais solidariedade, proteção ao meio ambiente e distribuição de renda.

Nesse sentido, a *multidão* transcende qualquer movimento ou organização social tradicional, inovando na forma de constituir um movimento e de sua própria ação, enquanto busca de novas formas de participação (não representação), produção e distribuição de riquezas. Todavia, por não haver uma “unidade” no sentido de comando ou governo, sua ação não produz caos ou desordem. Ela, por sua vez, procura uma outra configuração política e social, como também ética para a vida humana. Nessa configuração está implicada a produção e distribuição do *comum*.

2 O conceito de comum segundo Negri e Hardt⁶

Multidão e comum (fazer multidão e construir o comum) são dois conceitos e formas de viver e agir que decorrem diretamente das transformações do trabalho no pós-fordismo. Com o advento da informática e da internet, foi possível estreitar a comunicação, aumentar o compartilhamento de informações e linguagens, como também aumentar a própria necessidade desse compartilhamento para poder produzir, envolvendo toda a vida, para além dos muros das fábricas. Uma realidade muito além do fordismo. Esse cenário originou o “operário social”, ou o operário pós-fordista⁷. Cada vez mais especializado, carrega consigo o “*general intellect*” tão necessário, isto é, um intelecto geral capaz de expressar uma potência, sempre aberta e constitutiva do ser, para fazer multidão e produzir o comum. As características do trabalho contemporâneo pós-fordista, portanto, fornecem os elementos necessários para a constituição da multidão⁸.

O que é o comum, então, produzido pela multidão? Negri e Hardt (2010, p. 8, tradução nossa) assim definem esse conceito:

Com o termo “comum” entendemos, em primeiro lugar, a riqueza comum do mundo material – o ar, a água, os frutos da terra e todos os dons da natureza – que,

⁶ Optamos, neste artigo, por refletir o comum como pensado por Antonio Negri e Michael Hardt. Para um panorama sobre esse conceito em outros autores, recomendamos o seguinte artigo: SAVAZONI, 2023.

⁷ Para um aprofundamento sobre essa nova subjetividade operária, recomenda-se: COCCO, 2012, p. 99-162.

⁸ As transformações do trabalho, na passagem do fordismo para o pós-fordismo, e do operário social para a multidão, podem ser ricamente exploradas nas seguintes obras: LAZZARATO, Mauricio; NEGRI, Antonio, 2013. MARAZZI, 2009 (A política no Império). MONTEFUSCO, DeriveApprodi, 2016.

nos textos clássicos do pensamento político ocidental, é frequentemente caracterizada como a herança de toda a humanidade para partilhar juntos. Por comum se deve entender, com maior precisão, tudo aquilo que se obtém da produção social, que é necessário para a interação social e para o andamento da produção, como os conhecimentos, as linguagens, os códigos, as informações, os afetos e assim por diante.

A pesquisa de Negri e Hardt versa sobre a segunda concepção do comum, como produto da produção social, ou produção biopolítica⁹. É essa a proposta da *multidão*. Fazer retornar ao *comum* o que é comum de toda a humanidade, ou o que é por ela produzido. Os bens ou recursos naturais estão ligados à primeira concepção: água e os produtos da terra, assim como os alimentos, desde sempre são comuns a toda a humanidade. Embora sejam comuns, milhões de pessoas ainda passam fome, seja por má distribuição de renda, carência ou falta de condições para adquiri-los. Acrescenta-se, ainda, as limitações de acesso a esses recursos devido à crescente privatização dos serviços de abastecimento e saneamento básico que vem ocorrendo nos últimos tempos, por isso hoje também devem entrar no conjunto daquilo que se compreende como comum.

Mas, além desses bens, que deveriam ser direito de todos, é com os resultantes da produção *comum*, ou da atividade sensível, como serviços, informações e conhecimentos, que os autores estão preocupados. O comum também aponta, nesse sentido, para aspectos importantes para a vida social na era da hegemonia biopolítica que é a troca de conhecimentos, linguagens, códigos, informações e, acima de tudo, afetos, produzidos pela cooperação das singularidades e explorados pela corrupção da ontologia.

Esses bens têm uma produção cada vez mais abundante e cada vez mais controlada ou privatizada. O que resulta da produção *comum* é tornado privado ou privatizado, como

⁹ O termo “produção” ou “produção biopolítica” adquire, na filosofia negriana, um sentido positivo. Geralmente o termo produção remete à exploração capitalista do trabalho nas fábricas, empresas, indústrias, etc. Em geral, o termo “produção” possui um caráter negativo, isto é, remete à exploração das fábricas, à exploração do trabalho pelo modo de produção capitalista. Na filosofia negriana, porém, esse termo adquire um sentido positivo, como também o termo biopolítica, que para Negri expressa o “poder da vida”, contra o biopoder. “Sustentaremos que a forma dominante de produção contemporânea, que exerce sua hegemonia sobre as demais, cria ‘bens imateriais’ como ideias, conhecimento, formas de comunicação e relações. Nesse trabalho imaterial, a produção ultrapassa os limites da economia, tradicionalmente entendida para investir diretamente a cultura, a sociedade e a política. O que é produzido, nesse caso, não são apenas bens materiais, mas relações sociais e formas de vida concretas. Chamaremos esse tipo de produção de biopolítico, para enfatizar o caráter geral de seus produtos e a maneira como ele investe diretamente a vida social em sua totalidade” (NEGRI, HARDT, 2005, p. 135). A produção é também produção de subjetividade, de subjetividade da multidão, expressa pela cooperação e trocas afetivas. No artigo “Inverter Foucault: a ontologia constitutiva de Antonio Negri”, de Michael Hard (2018), encontramos, ainda que breve, uma fundação da ontologia negriana, dando destaque para os sujeitos sociais e sua *práxis*, que expressa sua concepção ontológica do ser que se define por constituição e abertura, daí seu caráter positivo.

que os separando do comum de quem os produziu e que poderia estar em comum, com livre acesso, sem direitos autorais ou privados¹⁰, sem concessões ou permissões ou, então, que o acesso fosse mais fácil, seja em termos financeiros ou burocráticos. A *multidão*, nesse sentido, propõe e trabalha com a construção de um novo horizonte, para além do público e do privado. Nem privado, no capitalismo; nem público, do socialismo, que não deixa de ser um provado do estado; mas *comum* a todos, que não pertença a pessoas jurídicas ou ao Estado, porém às pessoas que os produziram; abrindo, assim, um novo espaço para a ação política, repensando a economia e a forma de viver juntos em sociedade. O *comum*, assim, pode ser possível graças à criatividade da multidão em criar, produzir e distribuir de maneira mais equitativa aquilo que é produzido. É neste sentido que o agir da multidão pela construção do comum, o que acontece pelo princípio da cooperação, pode construir uma sociedade mais justa e solidária. É claro que não se pode ter a impressão de que o movimento da multidão queira acabar com o papel das instituições ou, então, com a força e a criatividade da iniciativa privada. O objetivo do agir cooperativo na construção do *comum* é tornar melhor distribuído o que é produzido em comum.

De acordo com Hardt e Negri (2013), a produção econômica hoje é fruto cada vez mais da produção imaterial, da cooperação linguística e afetiva entre os indivíduos, caracterizando uma produção biopolítica, potente e poderosa. E nessa produção reside a potência da *multidão*. Ela oferece todos os meios para o movimento da multidão acontecer, ou seja, todas as tecnologias necessárias. Conseguir vencer a ideia fixa dos economistas e políticos de que é possível construir o *comum* e redistribuir melhor as riquezas, torna-se o

¹⁰ Jean Tirole (2020), nobel de economia de 2014, acredita que a economia deve estar a favor do bem comum, muito além de estar voltada para os lucros das grandes corporações e empresas, bancos ou estados. Embora o termo “bem comum” faça uma referência maior aos aspectos econômicos em relação ao termo “comum”, que diz respeito à produção e distribuição do próprio comum, as perspectivas oriundas dessas reflexões não são menos importantes. Ao debater a questão sobre remuneração, propriedade intelectual e os softwares livres, práticas tão importantes para a inovação e construção do comum, escreve: “Nós sustentamos que diversas outras motivações à colaboração *open source* eram possíveis. Em primeiro lugar, os programadores *open source*, empregados de uma empresa ou de uma universidade, estão em condições de melhorar, em vez de reduzir sua performance no trabalho, contribuindo para o software livre. Isso é particularmente pertinente ao caso dos administradores de sistema que procuram soluções específicas para sua empresa. Os estudos mostram, na sequência, que diversos colaboradores *open source* são movidos pela necessidade de resolver suas próprias necessidades, em matéria de programação para sua organização. Em segundo lugar, o programador pode encontrar um prazer intrínseco em escolher um *open source* ‘legal’ e mais divertido do que uma tarefa de rotina imposta por um patrão. Em terceiro lugar, as contribuições *open source* lhe oferecem a oportunidade de demonstrar seu talento” (TIROLE, 2020, p.467).

grande desafio. De acordo com Hardt e Negri (2004, p. 380), é no trabalho que reside toda a potência da *multidão*:

O trabalho aparece simplesmente como o poder de agir, que é ao mesmo tempo singular e universal: singular na medida em que o trabalho tornou-se o domínio exclusivo do cérebro e do corpo da multidão; e universal na medida em que o desejo que a multidão expressa no movimento do virtual para o possível é constantemente constituído como uma coisa de todos. Só quando se forma o que é comum pode ocorrer a produção, e pode a produtividade subir [...]. O poder de agir é constituído por trabalho, inteligência, paixão e afeto num lugar para todos.

Como o trabalho na contemporaneidade parece assumir a predominância da imaterialidade, isto é, do *general intellect* (que nada mais é que a subjetividade cooperativa da multidão), ele expressa toda a potência e, nessa potência, todo o poder do agir da multidão. As singularidades se juntam com outras singularidades por meio do trabalho imaterial e formam o corpo da multidão, capaz de se expressar como “evento” nas ruas das cidades. Já na primeira obra da trilogia, *Império*, Hardt e Negri (2004) apresentam uma possível proposta de construção do comum, não oferecendo receitas, entretanto apontando caminhos do que se poderia fazer em nível global, dado que a multidão é global, e hoje a mobilidade humana também o é, como também o poder de agir.

Movimento autônomo é o que define o lugar próprio da multidão. Cada vez menos os passaportes e documentos legais serão capazes de regular movimentos através das fronteiras. Uma nova geografia é estabelecida pela multidão à medida que os fluxos produtivos de corpos definem novos rios e portos. As cidades da terra se tornarão de imediato grandes depósitos de humanidade cooperativa e locomotivas para a circulação, residências temporárias e redes de distribuição em massa de ativos humanos (NEGRI; HARDT, 2004, p. 421).

Olhando a realidade atual, constata-se não com dificuldade a mobilidade humana por todas as partes do mundo ou nas cidades. Com um *império* sem fronteiras, tende a aumentar e tornar-se cada vez mais dinâmica e rápida. Há um contingente enorme de pessoas que circulam pelo planeta, expatriados ou refugiados, fugindo de guerras ou adversidades climáticas em busca de garantir a sobrevivência, mas também aos milhares que circulam pelo planeta em busca de melhores condições de trabalho. Essas pessoas carregam consigo o desejo de viver e de expressar seus conhecimentos e saberes. Apropriam-se ou reapropriam espaços e constituem-se como sujeitos ativos. Para onde se dirigem e aonde chegam, as pessoas determinam novas formas de cooperação para escapar

da corrupção ontológica¹¹ e reinventar a vida. Por isso a multidão é autônoma e participativa, não representativa. Decide por si mesma e, como tem posse do *general intellect*, do conhecimento que está no cérebro de cada corpo, *não* está na dependência de comando superior e muito menos presa a um território, o qual, como visto no *império*, é virtual. O lugar que se pode apontar como lugar da multidão é a cidade, pois é para elas que ocorre, mas também nelas não se fixa, movimenta-se de forma fluida, como na rede. A multidão é nômade, e esse nomadismo constitui sua capacidade de resistência e de criação de novas formas de vida.

3 O comum a ser construído pelo agir da multidão

Assim, o projeto da multidão faz emergir seu primeiro aspecto político de reivindicação e proposta, com o objetivo de subverter os limites do tradicional e construir uma nova realidade: o direito a uma cidadania global, porque cada singularidade tem como território os limites virtuais, e não mais apenas físicos e geográficos, do planeta. De acordo com Hardt e Negri (2004, p. 424): “Com efeito, essa demanda política insiste na pós-modernidade do princípio constitucional fundamentalmente moderno, que vincula direito e trabalho e, por isso, contempla com a cidadania o trabalhador que cria o capital.” O objetivo da multidão, assim, é reformar o *status* jurídico para que acompanhe as transformações econômicas, das quais o *império* necessita para viver. Seria um reconhecimento oficial, por parte do Estado, da mobilidade humana e de sua produção. A força produtiva da *multidão* se constitui em novo proletariado, não classe operária, que recebia salário pelo trabalho realizado na fábrica. Nesse novo proletariado, estão todos os que trabalham ou não, empregados ou desempregados. No contexto biopolítico do *império*, a produção do capital diz respeito à produção e à reprodução da própria vida social. Assim, o trabalho acontece para além dos muros da fábrica. E, nesse contexto, as singularidades trabalham em toda parte e o dia todo, inovando e instaurando um novo tempo, aqui e agora. Um tempo onde reina a cooperação e a geração de vida. Aqui surge uma segunda proposta da multidão: o direito a um salário e/ou renda para todos. Da mesma forma em que a cidadania se estende

¹¹ A expressão “corrupção da ontologia”, utilizada por Negri (2004), faz referência direta a todos os processos que bloqueiam a liberação do ser, seus processos constitutivos e cooperativos, ou a realização da sua potência na eternidade. É submeter o ser ao biopoder e as amarras da subsunção da vida ao capital, capturando seu afeto e cooperação, explorando-os por meio do trabalho.

para todos, por sua vez, a renda chamar-se-ia de “renda de cidadania”, ou uma renda universal, dado que cada pessoa é membro da sociedade e teria direito a fazer parte da partilha do *comum*, do qual também é produtora (HARDT; NEGRI, 2004).

Percorrendo esse caminho de inovação e de construção do comum, além dessas propostas, a *multidão* também tem como uma terceira proposta a construção de um grande *telos comum*, com direito à “reapropriação” do conhecimento e dos meios para produzir esse conhecimento. “A multidão não apenas usa máquinas para produzir, mas também se torna cada vez mais maquinal, enquanto os meios de produção são progressivamente integrados às mentes e aos corpos da multidão” (NEGRI; HARDT, 2004, p. 427). De certa forma, a multidão já se reapropriou dos meios de produção na era da hegemonia biopolítica, pois é de sua posse o *general intellect*. O problema é paradoxal, porque mesmo de sua posse, ainda persistem sistemas como o *copyright* ou direitos autorais, que impedem um uso comum daquilo que, para produzir, necessitou de algum tipo de cooperação.

A linguagem e o conhecimento necessitam criar corpo, a fim de constituir uma rede de comunicação, organizada em aparatos comunicativos que escapem do controle que o *império* exerce sobre esses aspectos. O que for construído pela linguagem precisa se tornar duradouro, de modo tal que humano e máquinas se hibridizem, e a multidão possa utilizá-lo na produção biopolítica, gerando novos conhecimentos, linguagens, informações e afetos. Assim, o *telos* precisa tornar-se coletivo no sentido de ser um lugar de encontro das singularidades para formar um poder constituinte, que congrega, lembrando Espinoza, toda a potência da *multidão*. E é desse *telos* que vem toda a sua imaginação e a criatividade para construir um novo horizonte político e, acima de tudo, uma nova soberania, liberta do conceito de representação, de povo e limites definidos, de modo tal a organizar um novo espaço para viver, focado na construção e desfrute do *comum*, por meio de um poder constituinte, sempre aberto e aglutinador das pluralidades contemporâneas e participativas.

A natureza biopolítica da produção social contemporânea [...] não só torna impossíveis as velhas formas de representação, como torna possíveis novas formas. Esta nova possibilidade biopolítica é que precisa ser encarada; enquanto não o for, a carência de representação continuará a corromper a sociedade global (NEGRI; HARDT, 2005, p. 372).

Essa é a grande questão: a natureza biopolítica da produção social contemporânea, ou trabalho imaterial, apresenta as ferramentas necessárias para o evento da multidão. A

representação não representa mais. Emerge-se, pois, mais uma vez a questão já acenada. Aparece novamente o nó *górgio* a ser desfeito: é como tornar concreta tal reforma, ou seja, como de fato fazer *multidão* e construir o *comum*. A potência do movimento da *multidão* está aí. A produção social contemporânea, baseada em trocas de saber e cooperação, em redes, pode não oferecer receitas, mas pode apontar caminhos e luzes para tornar concreto o projeto da *multidão*.

Outra reforma, em nível global, para melhorar o sistema de governança, diz respeito aos direitos humanos e à justiça, no sentido de que, tanto o direito como justiça, possam valer para todos e não serem coagidos ou dependentes dos Estados-nação. Eis como se posicionam Negri e Hardt (2005, p. 375):

Para serem ativados em nível global, os princípios universais de justiça e direitos humanos terão de assentar-se em instituições fortes e autônomas. Seria lógico, então, propor a ampliação do projeto de Tribunal Penal Internacional, conferindo-lhe jurisdição global e poderes coercitivos, talvez vinculados às Nações Unidas.

Junto com essa proposta, sempre em nível global, os autores defendem a criação de uma comissão da verdade internacional e de caráter permanente. Essa comissão teria a nobre função de analisar e julgar crimes e injustiças históricas, além dos limites nacionais, cometidos contra povos e comunidades.

Negri e Hardt (2005) ainda apontam reformas no sistema econômico mundial que favoreceriam a distribuição de renda e atenuariam a pobreza, mas mais que isso, elas tratariam mais da causa que do efeito. São propostas para um nível macro, que impactariam no cotidiano das pessoas e da vida social. Uma alternativa seria a criação de uma taxa sobre transações internacionais e a destinação dessa renda aos países para investirem na redução da pobreza. Isso ajudaria os países a controlar sua economia e a volatilidade dos mercados financeiros, segundo Tobin, mentor de tal proposta, a chamada “Taxa Tobin” (HARDT; NEGRI, 2005). Porém, Negri e Hardt (2005) defendem que o montante oriundo dessa taxa seja destinado a um fundo global democrático e não aos Estados-Nação, pois estes nem sempre estão interessados em ouvir os clamores de seu povo e reduzir a pobreza. Talvez a proposta mais ousada seja a quebra, ou mudança nas leis de patentes e/ou *copyright*, poderosas formas de controle político e econômico sobre a produção comum da *multidão*.

Naturalmente, seria necessário encontrar outros mecanismos sociais para compensar a criatividade dos autores, artistas e cientistas, mas não há motivo para

presumir que a criatividade dependa da promessa de grandes lucros. Autores, artistas e cientistas com efeito ficam muitas vezes indignados quando corporações enriquecem à custa de sua criatividade, mas de maneira geral não se sentem compelidos a criar meramente pela perspectiva de enriquecimento. Seja como for, deve ficar claro que cada uma dessas propostas tem o objetivo de reduzir o controle político e econômico, através de mecanismos como as patentes e o *copyright*, não só porque é injusto limitar o acesso a esses bens, mas também porque os controles impedem a inovação e restringem o desenvolvimento econômico. (Hardt; Negri; 2005, p. 382).

Todas essas reformas, na realidade, são reformas biopolíticas, fazendo referência à reflexão sobre Foucault, tal como Negri e Hardt (2005) as entendem. As patentes e o *copyright* atuam como dispositivos de controle e exploração das subjetividades, na medida em que restringem o acesso, cobrando-o. O que foi produzido e colocado sob esses dispositivos, precisou do *general intellect* para ser produzido, pois ninguém produz nada sem precisar de algo que já tenha sido produzido. Haveria mais fomento à inovação se as singularidades pudessem realizar ou desenvolver suas potências¹².

Todo o movimento da *multidão*, bem como essas propostas de reforma, carrega consigo o caráter ontológico dos movimentos sociais, que não pode ser negado de liberação desses dispositivos. E é esse caráter o motor constituinte capaz de convocar a *multidão* para desenvolver uma sociedade alternativa, pós-capitalista e pós-socialista.

4 A construção do comum como projeto ético da multidão

O agir da multidão e a construção do *comum* constituem a proposta alternativa que Negri e Hardt apresentam para a corrupção da ontologia. Essa proposta está baseada na participação das pessoas e no agir cooperativo, para que possam gozar do *comum* que é produzido e reduzir a pobreza e a exploração capitalista, engendrando novas formas de vida, de convivência e de cooperação, afetando outras pessoas, para que também passem a agir de forma cooperativa. O trabalho é árduo. As comunas e/ou organizações, comunidades, entidades, ONGs, enfim, todas as singularidades que formam a multidão, necessitam se auto-organizar em uma grande rede de cooperação e de trocas comuns, em nível global, para poder ter força e mudar o mundo sem tomar o poder, conforme Hardt e Negri (2005, p. 392) afirmam:

¹² A economia deve estar a serviço do desenvolvimento do bem comum. Essa é a luta da multidão como poder da vida para construir o comum. Encontramos essa posição defendida pelo economista Jean Tirole, ganhador do prêmio nobel de economia de 2014.

A tarefa consiste em descobrir um caminho em comum, envolvendo homens, mulheres, trabalhadores, migrantes, os pobres e todos os elementos da multidão, para administrar o legado da humanidade e dirigir a produção futura de alimentos, bens materiais, conhecimento, informação e todas as outras formas de riqueza.

Esta é a grande tarefa: descobrir os caminhos para tornar a multidão um poder constituinte. Uma força poderosa capaz de levar as pessoas ao envolvimento na rede colaborativa que forma a multidão e é capaz de fazer com que suas decisões tenham força política e econômica. Na obra *Multidão* e, posteriormente, na obra *Comune*, de forma mais aprofundada, Negri e Hardt apontam qual deve ser essa força transformadora: o amor.

“As pessoas hoje em dia parecem incapazes de entender o amor como um conceito político, mas é precisamente de um conceito de amor que precisamos para apreender o poder constituinte da multidão.” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 439). Apostam no amor como um conceito político mais forte que a morte. O projeto político da multidão encontra no amor dos pobres e excluídos toda a força que necessita para movimentar-se. Sem essa força, as singularidades, os movimentos, comunidades, enfim, permanecem no seu lugar, sem capacidade de se agrupar em rede para formar a multidão.

O ponto de partida que as práticas dos pobres nos permitem descobrir é que o amor é um processo de produção do comum e de produção de subjetividade. Esse processo não é só um meio para a produção dos bens materiais ou outras necessidades, mas um fim em si. (NEGRI; HARDT, 2010, p. 185, tradução nossa).

Esse amor, que Hardt e Negri (2010) apresentam como o elo da *multidão* e sua força, é um amor produtivo, do *comum* e da subjetividade que a *multidão* cria, plena de sentido de vida, de novos horizontes cooperativos. É um amor liberto de todo romantismo, fantasia, ou sentimentalismo, compreendendo-o como potência produtiva em sentido econômico e filosófico:

O amor, enquanto gera a produção de redes afetivas, esquemas de cooperação, subjetividade, é um poder econômico. Concebido dessa forma, o amor não é, como foi muitas vezes descrito, uma experiência espontânea ou passiva. Não é algo que nos acontece como um evento que chega misticamente não se sabe de onde. O amor é ação, um evento biopolítico, planejado e realizado em comum. (NEGRI; HARDT, 2010, p. 185, tradução nossa).

O amor afeta os corpos. Desinstala da passividade. A singularidade faz a experiência política da amizade ou da cooperação e abandona o individualismo, resultado da corrupção da ontologia. O amor tem esse poder de unir os corpos. Na produção biopolítica, a produção comum, fruto e consequência do amor, está intrinsecamente ligada à produção econômica,

de forma tal que se torna difícil diferenciar uma da outra ou estabelecer limites. Isso está diretamente ligado com o *general intellect*. Assim, Negri e Hardt (2010) compreendem o amor como potência econômica e, em sentido filosófico, como potência ontológica porque qualifica o ser:

O amor é um poder produtivo também em sentido filosófico – produtivo de novo ser. Quando nos empenhamos na produção de subjetividade, que é um ato de amor, não criamos simplesmente novos objetos ou novos sujeitos no mundo. Estamos produzindo um mundo novo, uma nova sociabilidade. O ser, em outras palavras, não é um fundo imutável sobre o qual se realiza a vida, mas uma trama viva de relações sobre as quais temos o poder de intervir. O amor é um evento ontológico na medida em que, criando novo ser, marca uma ruptura com o que existe [...] O ser é um outro modo para dizer que isso é absolutamente comum, recusa ser privatizado ou trancafiado e permanece aberto a todos. Não é possível uma ontologia privada. Afirmar que o amor é ontologicamente constitutivo, significa simplesmente que ele produz o comum. (NEGRI; HARDT, 2010, p. 186, tradução nossa).

É essa potência¹³ criadora do amor que interessa para a *multidão*, essa capacidade de gerar novas subjetividades, rompendo com padrões e determinações de subjetividades construídas pelo *império*, focadas na concorrência, na competitividade, no individualismo e no consumo desenfreado. O amor, como potência criadora da *multidão*, gera, por sua vez, subjetividades e produz relações voltadas para a cooperação e a construção do comum. Mas Hardt e Negri (2010, p. 196, tradução nossa) percebem, também, que junto com o amor existe o mal, e o compreendem da seguinte forma: “[...] consideramos o mal como a corrupção do comum que interrompe seja a sua produção, seja a sua produtividade.” Por isso, a multidão luta para combatê-lo, ou seja, ela luta para evitar sua corrupção, que se dá por meio da criação de sentido, de subjetividade, por meio da cooperação na rede.

A força do amor como potência produtiva é encontrada na experiência da pobreza. O pobre é levado à inovação e a inventar outras formas de vida para garantir sua sobrevivência, expressando-se, assim, como existência e resistência diante de toda negação. Negri (2003, p.135) escreve: “é o mesmo que dizer: o pobre, na figura da resistência e da afirmação da singularidade, se abre para a potência de dar sentido ao comum. Que seja este o lugar do nascimento da ética, parece devermos admitir”.

¹³ Na filosofia negriana, quando falamos em potência, estamos falando no poder do ser em resistir, constituir-se, liberar-se, expressar-se, por meio da produção biopolítica, na produção de novas subjetividades e formas de vida. Trata-se do poder do ser contra o poder do capital e da exploração. É biopolítica contra biopoder. *Potentia versus potestas*. A concepção de potência, tão cara e importante para a fundação da ontologia negriana, é herança dos estudos de Negri (1993) sobre Espinosa, e que permeiam seus escritos desde a década de 80.

O amor, portanto, é o motor ontológico da *multidão*. Ele não só é responsável por compor, agregar em rede as singularidades, formando o corpo da *multidão*; como também se converte em força de combate ao mal, provocando rebelião e êxodo do *império*. E, em consequência, o amor é responsável por fazer multidão. Entrementes, não basta fazer multidão e ter eventos da *multidão*. É preciso adquirir o hábito do agir cooperativo.

Os êxitos do amor e a realização do comum em instituições e formas sociais duradouras não têm nada a ver com o espontaneísmo ou o inatismo. A vida do amor deve ser apreendida. Novos costumes devem ser formados mediante a organização coletiva dos desejos: um processo educativo ao mesmo tempo sentimental e político. Os costumes e as práticas que se consolidaram em novas instituições sociais constituirão a nossa natureza humana que se transformou. (NEGRI; HARDT, 2010, p. 200, tradução nossa).

Para poder de fato combater o mal, como compreendido por Negri e Hardt (2010), como corrupção do amor e do comum, é necessário mais que eventos da multidão. Esses são fortes, mas podem correr o risco de ser localizados e passageiros. A cooperação, ou a formação do corpo da multidão, necessita se tornar um hábito, ou seja, cultivar o hábito de viver de forma cooperativa, trocando saberes e afetos, em rede, para poder reinventar a vida.

É nesse ínterim que se constitui a ética como princípio de cooperação, para Antonio Negri. Ela se apresenta como resistência ao presente. Trata-se de um estar juntos para construir o comum, garantindo dignidade, justiça e distribuição de renda, afetos, linguagens, etc. “Portanto, implicitamente há uma ética que não se pode separar da física dos corpos e do pensamento, que não se pode separar da ontologia do estar junto e da interdependência. É uma ética profunda” (NEGRI, 2013, s. p.).

Parece ser a experiência política da amizade, ou o princípio ético da cooperação (sempre recorrendo a Espinosa, pois Negri é dele um contumaz leitor), que afeta de forma determinante os corpos. Quem passa pela experiência da cooperação, age de forma diferente. Age cooperando. Nesse sentido, é o pobre, ou então o fazer-se pobre, que abre espaço na existência do ser, para que ele experiencie esta necessidade. Para poder sobreviver, necessita de partilha e necessita partilhar. É o caminho para a construção do *comum*.

5 Considerações finais

Negri e Hardt trabalham com conceitos que parecem lançar um olhar profundo no mundo contemporâneo e capaz de contemplar as profundas transformações que apresenta, principalmente a partir da esfera do trabalho e das novas relações sociais desencadeadas por ele. É um esforço de mostrar que a biopolítica trata do “poder da vida”, capaz de reinventá-la e descobrir novas formas de convivialidade para reduzir as mazelas sociais.

O agir da multidão e a construção do comum, portanto, é um ato de amor. Não qualquer amor, romântico ou idílico. Mas um amor potente e criativo, capaz de despertar e envolver as pessoas. O amor potencializa a produção biopolítica, na medida em que a cooperação afetiva e de conhecimentos é levada a termo. Aí, a produção do comum se efetiva, e a democracia, por ser um governo de participação de todos, torna-se absoluta. É o desejo da multidão, que congrega um amor mais forte que a morte.

A construção de processos democráticos participativos não é algo simples, dada a complexidade e as diferenças sociais e políticas. Todavia, é uma proposta que coloca a pessoa no centro das discussões, para garantir-lhe direitos, dignidade e posicionar-se de forma antagônica ao capitalismo neoliberal, centralizador e excludente.

O comum, construído pelo agir da multidão, como forma de resistência ao presente, diante das desigualdades e injustiças sociais, e hoje também ambientais, é uma maneira de viver em forma cooperativa, e em rede, trocando afetos, conhecimentos e linguagens, para construir novas convivialidades e fomentar uma democracia participativa, e sociedade mais justa e solidária para todos. É uma aposta no poder da vida ou na potência do ser.

Afirmar o comum, pela multidão, é afirmar que não se pode viver sozinho, isolado, e que os benefícios de um são, ou deveriam ser, de todos. O comum não é só produto, é produção, isto é, é compartilhamento e tomada de consciência de interdependência de tudo o que nos circunda, desde os recursos naturais, meio ambiente, cultura, linguagens, conhecimentos, até as praças e espaços públicos de convivência nas cidades. É uma forma de vida comunitária, em que prevalece a amizade social como conduta ética de cada ser.

Referências

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na crise do capitalismo global. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HARDT, Michael. Inverter Foucault: a ontologia constitutiva de Antonio Negri. **Ipseitas**, São Carlos, v.4, n. 2, 2018, p. 234-237. Disponível em:

<https://www.revistaipseitas.ufscar.br/index.php/ipseitas/article/view/216/pdf_115>.

Acesso em: 25 mai. 2023.

LAZZARATO, Mauricio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Trad. Monica de Jesus Cesar. 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias**. Trad. Paulo Domenech Oneto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 (A política no Império).

MONTEFUSCO, Willer; SERSANTE, Mimmo. **Dall'operaio sociale alla moltitudine**: la prospettiva ontológica di Antonio Negri (1980-2015). Roma: DeriveApprodi, 2016.

NEGRI, Antonio. **A anomalia selvagem**: poder e potência em Spinoza. Trad. Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Comune**: oltre il privato e il pubblico. Rizzoli: Milano, 2009.

NEGRI, Antonio. O comum: dos afetos à construção de instituições. [Entrevista concedida a] Giuseppe Cocco e Tiago Fonseca. **Cult**, São Paulo, n. 185, 17 nov. 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/MINI%20CURSO%20RAFAEL%20ESTRADA/Desdobramentos%20de%20Espinosa/O%20comum_%20dos%20afetos%20%E0%20constru%E7%E3o%20de%20institui%E7%F5es%20-%20Universidade%20N%F4made%20Brasil.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Trad. Berilo Vargas. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NEGRI, Antonio. **Kairós, Alma Venus, multidão**: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 (Política das Multidões).

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAVAZONI, Rodrigo. **Um passeio pelas teorias do Comum**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/um-passeio-pelas-teorias-do-comum/>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

TIROLE, Jean. **Economia do bem comum**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Recebido em: 09/08/2023.

Aprovado em: 10/10/2023.

Publicado em: 06/12/2023